

HABEAS CORPUS Nº 546.254 - PR (2019/0345730-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS
ADVOGADO : ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS -
PR035094
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LEOSSELES RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

LEOSSELES RODRIGUES DA SILVA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** (HC n. 0052739-65.2019.8.16.0000).

Denunciado por organização criminosa armada e com participação de adolescente e por tráfico de drogas, o paciente alega o excesso de prazo para o julgamento da ação penal. Requer, em liminar, a "liberdade provisória" (fl. 14) ou o relaxamento de sua custódia, que perdura há mais de 2 anos e 1 mês.

Decido.

O constrangimento ilegal por excesso de prazo não pode ser estimado de modo aritmético, mas deve ser analisado à luz das peculiaridades de cada caso. Somente pode ser reconhecido quando haja demora irrazoável e injustificável na tramitação do feito. Na hipótese, **o réu encontra-se preso desde 20/9/2017** e foi denunciado por organização criminosa e por tráfico de drogas no dia 20/10/2017. A peça acusatória foi recebida em 7/11/2017 e, realizadas as citações e recebidas as respostas à acusação, foram designadas três datas para instrução do feito, ante o grande número de pessoas a serem ouvidas.

Consoante o destaque do acórdão estadual, a ação é revestida "de alta complexidade, com **9 réus e 20 fatos a serem analisados na sentença**, além de **inúmeras cartas precatórias expedidas**" (fl. 25). Ademais, "a conversão do feito em diligência constituiu-se em providência considerada indispensável para a prolação da sentença" e "houve a juntada do laudo toxicológico aos autos em 16/10/2019". O processo seria conclusivo para a sentença tão logo as partes

fossem intimadas (fl. 26).

De acordo com o Tribunal, **"a instrução criminal já se encontra encerrada"** (fl. 25, destaquei). **Está correta a incidência, ao caso concreto, da Súmula 52 do STJ: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"**.

O aresto estadual está em conformidade com a jurisprudência sumulada desta Corte. O impetrante **não juntou a cópia do atual andamento do processo**.

Ademais, já foi decidido no RHC n. 102.104/PR, julgado pela Sexta Turma no dia 3/12/2018, que as medidas cautelares diversas da prisão são inadequadas ao caso, ante os elementos que evidenciam a elevada **periculosidade do acusado – apreensão de 5,8 kg de maconha e petrechos destinados à mercancia ilícita, além da circunstância de ele agir em conjunto com outros oito agentes, em organização criminosa, com sinais de habitual prática do comércio espúrio**.

As providências alternativas à prisão não se mostram bastantes para evitar a reiteração delitiva. Veja-se, na denúncia, que durante cumprimento de medida cautelar na residência do paciente, foi localizada a grande quantidade de droga. Ante a prévia autorização judicial para acesso aos dados contidos no seu celular, apurou-se que o suspeito viajava para buscar o entorpecente que abastecia os pontos de tráfico, sendo também o responsável pelo recolhimento das vultosas somas de dinheiro oriundas da atividade espúria.

Assim, conforme a **Súmula n. 52 do STJ e o decidido pela Sexta Turma no RHC n. 102.104/PR**, não é possível acolher o pleito de urgência.

À vista do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Juiz de origem. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intinem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator